

A invisibilidade do câncer nas favelas brasileiras: uma discussão sobre o direito à informação e à comunicação em saúde¹

Everton Marques de ANDRADE²
Katia LERNER³
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este trabalho aborda uma discussão sobre a invisibilidade do câncer nas favelas brasileiras, destacando-a como cenário de desigualdades. A falta de acesso à informação também gera impactos no cuidado com a saúde dos sujeitos que ocupam esses espaços. A fim de ampliar nossa visão sobre essa questão, nos debruçamos sobre a literatura que aborda temas essenciais para esta discussão, além de ancorar nossas reflexões a partir de dados que corroboram a necessidade de promoção de ações mais efetivas sobre o câncer dentro desses territórios muitas das vezes marginalizados e invisibilizados pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: câncer; invisibilidade; favelas; saúde; informação.

INTRODUÇÃO

O câncer é uma das principais causas de morbidade e mortalidade em todo o mundo e vem afetando milhões de pessoas anualmente, representa, assim, um desafio significativo para a saúde pública. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), existem mais de 19 milhões de pessoas diagnosticadas com essa doença, o que provocou um percentual de mais de 10 milhões de vítimas fatais, apenas no ano de 2020 (OPAS, 2024).

Embora nas últimas décadas os avanços no diagnóstico e tratamento dessa patologia tenham proporcionado melhores prognósticos para muitos pacientes, ainda existe uma série de lacunas que precisam ser sanadas, para que haja, verdadeiramente, uma mudança significativa nesse cenário. É preciso encarar os reais efeitos do câncer sobre os indivíduos e as comunidades.

Durante séculos, o câncer foi uma doença marcada por altos índices de mortalidade, fortemente associada às ideias de morte, sofrimento e estigma (Sontag, 2007). Nas últimas décadas, observa-se, no entanto, uma mudança nesse cenário, e as neoplasias se tornaram progressivamente objeto de grandes investimentos de políticas públicas e uma das

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista Capes, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGICS/Icict/Fiocruz) em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, RJ, e-mail: everton.stb@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict/Fiocruz), doutora em Antropologia Social pela UFRJ, e orientadora deste trabalho, e-mail: katia.lerner@fiocruz.br. Katia Lerner agradece o apoio do CNPq, Bolsa Produtividade.

enfermidades de maior visibilidade midiática, contrastando, inclusive, com o interdito de sua enunciação, presente por tanto tempo.

No Brasil, dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA) evidenciam que para cada ano do biênio 2023-2025, haverá cerca de 700 mil novos diagnósticos de câncer, um número preocupante, tendo em vista as dificuldades em implementar medidas efetivas que possam mudar esse cenário. Não obstante a essas mudanças, um levantamento feito pelo Observatório de Oncologia do movimento Todos Juntos Contra o Câncer (TJCC) aponta para uma relação direta entre os índices de desenvolvimento humano (IDH) e as desigualdades sociais que perpetuam em maiores óbitos por câncer em cada estado, isso em razão de que cada região possui características econômicas, sociais e culturais completamente diferentes (Santos, 2019).

Vale destacar um estudo brasileiro publicado na revista científica *Nature*, que revelou a complexidade da saúde pública. Os autores Oliveira *et al.* (2021a) identificaram que a alta incidência de diagnósticos de câncer de mama em estágio avançado, em mulheres brasileiras, estava inteiramente associada às condições de vulnerabilidade social da população, e em outro relatório, estes mesmos autores (2021b) apontam que a deficiência na assistência à saúde, como por exemplo, a falta de oncologistas, também contribuem para uma maior incidência de casos dessa patologia.

Tendo como referência esse cenário, este trabalho tem como objetivo discutir as relações entre desigualdades, invisibilidade dos territórios periféricos e seus impactos sobre a saúde dos sujeitos. A negação dos direitos básicos de acesso à informação e comunicação em saúde contribui para a manutenção das desigualdades nesses espaços, aumentando a vulnerabilidade social e perpetuando a mortalidade por câncer e provocando a negligência e silenciamento não apenas dessa, mas também de outras doenças.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em conceitos e abordagens da literatura sobre a invisibilidade dos sujeitos periféricos e o impacto das desigualdades nesses territórios, e no acesso à informação e ao conhecimento sobre o câncer. Além disso, parte-se de análise de dados quantitativos divulgados por instituições nacionais, como o IBGE, Data Favelas, Instituto Oncoguia, cujas informações ajudaram a compreender a dimensão desse problema, além de contribuir para fundamentar e ancorar estas discussões.

FAVELAS, DESIGUALDADES E SAÚDE

As favelas e comunidades periféricas se destacam não apenas pelo grande volume territorial, mas, principalmente, por estarem no cerne das desigualdades sociais. A estimativa é de que haja no país, aproximadamente, 1.403 dessas comunidades, totalizando cerca de 16 milhões de pessoas, que representam aproximadamente 8% de toda a população brasileira. A grande maioria está localizada em áreas urbanas e nos arredores das grandes cidades, geralmente na periferia ou nas áreas limítrofes dos centros urbanos mais desenvolvidos (Estadão Conteúdo, 2023).

A formação desses territórios é o resultado de um longo processo histórico e social marcado por uma realidade complexa e permeado por muitas desigualdades sociais, econômicas, de infraestrutura e violência. Essas e tantas outras características convergiram para criar um ambiente desafiador para a saúde dos sujeitos que hoje ocupam esses espaços, submetendo-os, muitas das vezes, a condições que dificultam ainda mais os cuidados com a saúde, são pessoas “invisíveis” aos olhos da sociedade e, como definem Kane e Kirbry (2002), um povo “socialmente excluído”.

E não apenas isso, essas comunidades também sofrem com a desigualdade digital, que impacta diretamente no acesso à comunicação e à informação. De acordo com uma pesquisa do Data Favelas (Carvalho, 2022), 30% dos moradores de favelas brasileiras reprovam os serviços de internet móvel oferecido, além do que, 13% não possuem internet residencial, e outros 43% relataram que o serviço é de modo geral muito ruim. No entanto, além do direito ao acesso à comunicação e à informação, esses sujeitos também precisam ter direito à voz, como discutido por Araújo (Saúde Amanhã, 2017), de ser ouvidos e de ter suas reivindicações atendidas, sendo que, em sua grande maioria, são excluídos pelo poder público, tendo seus direitos básicos silenciados (Araújo; Cardoso, 2007).

Posta esta questão, pode-se perceber a falta de cidadania desses indivíduos diante de um cenário de invisibilidade, e que se contrói dentro das periferias, onde muitas das ações do poder público não alcançam os sujeitos e seus corpos periféricos. Silva (2020, p. 5) aponta que “anular essas características é um projeto político de invisibilidade e desumanidade com corpos periféricos”. Logo, esses sujeitos também sofrem com a falta de acesso à informação e aos serviços, o que impacta o diagnóstico do câncer e a demora no tratamento, que muitas das vezes precisa ser interrompido, tanto pela falta de acesso aos serviços de saúde quanto por uma questão de infraestrutura.

A fim de evidenciar o abismo existente nesses territórios, a pesquisa “Percepções e prioridades do câncer nas favelas brasileiras”, realizada pelo Data Favelas e o Instituto

Oncoguia, em 2023 (Percepções..., 2024), aponta para uma série de desafios e questionamentos que os moradores dessas comunidades enfrentam quando o assunto é o câncer. A princípio, a pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com cerca de 2.963 pessoas, das quais 81% dos entrevistados eram negros em sua maioria absoluta, e pertencentes às classes D e E.

Entre as principais questões, destacam-se o fato de que 70% dos moradores relataram dificuldades significativas em tratar o câncer pelo SUS, como a indignação por conta da falta de médicos nos postos de saúde, assim como pela demora nos resultados dos exames. Para além das dificuldades estruturais e de assistência, outros dados apontam para a invisibilidade desses sujeitos, como, por exemplo, 77% desses moradores destacaram que a informação é um fator primordial para que se possa manter os cuidados com a saúde e o conhecimento sobre o câncer, diagnóstico e prevenção, além das dificuldades em obter informações seguras e esclarecedoras sobre a doença dentro das próprias comunidades.

Essa pesquisa foi responsável por subsidiar a aprovação de uma medida importante para mudar a realidade dos sujeitos que ocupam esses espaços, a Lei nº 17.955, de 01/07/2024, aprovada pela Assembléia Legislativa de São Paulo e que institui a “Semana de Conscientização e Prevenção ao Câncer”, a ser realizada anualmente nas comunidades periféricas (São Paulo, 2024). Essa lei representa uma mudança significativa, que busca dar visibilidade às comunidades e favelas que enfrentam dificuldade no acesso a dados sobre o câncer, e reitera a importância de estabelecer políticas públicas que efetivem a comunicação e a informação como um direito de cidadania.

Posto isso, observa-se diante desses fatos, a insuficiência do Estado em promover alternativas eficientes voltadas para essas comunidades, as quais precisam se articular para que a comunicação e a informação possam circular entre seus pares. Essa realidade pode ser observada durante a pandemia de Covid-19, quando, diante da falta de assistência dos órgãos públicos e das inúmeras informações falsas que circulavam, as comunidades e favelas se organizaram para compartilhar dados corretos sobre a doença. Entre alguns dos grupos que ganharam notoriedade por iniciar esse movimento, destaca-se o Observatório de Favelas (Nitahara, 2020), que promoveu inúmeras campanhas de comunicação e conscientização. Essa iniciativa tinha especial relevância para o grupo aqui analisado devido ao fato de que os sujeitos acometidos por câncer estiveram entre aqueles considerados de maior vulnerabilidade durante a crise sanitária.

O DIREITO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS

O câncer, enquanto problema de saúde pública nas comunidades periféricas, vai além de uma simples lacuna no acesso aos cuidados médicos. A realidade que caracteriza esses territórios se inicia em uma lógica de exclusão e de uma necropolítica, e que, conforme discute Achille Mbembe (2018), nos ajuda a entender o conceito de invisibilidade a partir de como certas estruturas de poder operam para controlar e aniquilar corpos tolerados ou “descartáveis”.

Esse cenário de desigualdades resulta na perpetuação de cargas desiguais e experiências de adoecimento, culminando na morte material e vivida de indivíduos e coletividades, como também a falta de informações sobre os caminhos que devem ser seguidos para a busca e o acesso a diagnósticos, tratamento e autocuidado. E para além disso, é preciso, portanto, “(...) consolidar o entendimento de que o exercício do diálogo e da participação, princípios constitutivos da comunicação democrática, são requisitos para a garantia da saúde” (Stevanim; Murinho, 2021, p.57).

Logo, a ausência desses direitos, conforme discutido por Nemer (2022), cria uma dinâmica de poder desigual na comunicação, principalmente no que diz respeito à saúde, onde aqueles que têm acesso limitado à tecnologia são frequentemente excluídos das informações. Além do mais, as desigualdades limitam em diversos aspectos o acesso dos sujeitos periféricos, e afetam tanto o acesso aos próprios direitos humanos e sociais garantidos pela Constituição (Araújo; Cordeiro, 2020).

Além disso, é preciso reforçar que o direito à comunicação é um pilar fundamental para o funcionamento de uma sociedade democrática e inclusiva. No entanto, como discutido por Araújo e Cordeiro (2020), em muitas situações, esse direito tem sido negado de forma sistemática às periferias, criando um cenário de negligência na saúde que tem consequências profundas e relevantes, especialmente no que diz respeito à compreensão e aos sentidos atribuídos ao câncer. A partir dessas disparidades, enfrentam barreiras linguísticas e culturais que dificultam ainda mais o acesso,

Portanto, conforme discutido por Araújo e Cardoso (2007), é precisamente nesses espaços marcados por lacunas e omissões que as desigualdades encontram terreno para se estabelecer. Logo, precisa-se reconhecer as dinâmicas sociais que acontecem nos territórios periféricos, para que assim se possa garantir os devidos direitos de cidadania, e promover um ambiente de informação mais transparente e equitativo, onde a saúde pública e o bem-

estar desses sujeitos estejam em primeiro plano.

Em resumo, é fundamental que os órgãos públicos aumentem sua participação nas comunidades periféricas e promovam ações para garantir os direitos dos sujeitos, considerando principalmente que a ausência desses ainda “perpetua as desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais desses indivíduos” (Stevanin; Murtinho, 2021, p.128). Dessa forma, é crucial que esses sujeitos ocupem um lugar na agenda pública e tenham o "direito de ouvir e ser ouvido, de informar e ser informado" (Fisher, 1984, p. 31)

COMENTÁRIOS FINAIS

Ao longo de toda a discussão, nos debruçamos sobre dados que evidenciam as relações entre invisibilidade, desigualdades e saúde, e salientam a importância da implementação de medidas e ações efetivas que contribuam para a redução das vulnerabilidades ainda muito presentes nesses territórios periféricos. Ao destacar essas barreiras, buscamos não apenas dar luz aos desafios existentes, mas também refletir sobre as mudanças necessárias que possam contemplar o empoderamento das comunidades.

A discussão abordada nesta pesquisa traz à tona outra questão inquietante acerca da invisibilidade do câncer nas comunidades periféricas brasileiras: é como a dimensão das desigualdades sociais atua como barreiras para que os sujeitos que residem nesses espaços periféricos possam ter acesso a informações adequadas sobre saúde. Além disso, os dados encontrados mostraram que, para além da realidade que atinge essas comunidades, as incidências de casos de câncer no Brasil também apresentam uma relação com os cenários de desigualdades, cujo problema se reflete em outras regiões do país.

Desse modo, as reflexões aqui destacadas ressaltam a necessidade de pensar-se na implementação e efetivação de políticas públicas afirmativas, e na importância do direito à informação e comunicação como medidas fundamentais para garantir o acesso à saúde e promover a justiça social. Dito isto, é preciso que a sociedade reconheça as lutas e necessidades dos sujeitos que ocupam os espaços da periferia como um cidadão que também necessita de atenção e de cuidados com a saúde.

Espera-se que esta discussão possa contribuir para dar novos olhares e promover medidas efetivas na saúde pública nas favelas, além de propor a efetivação dos direitos de acesso à informação e a comunicação. Assim, buscou-se contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, que tenha a oportunidade de obter o conhecimento necessário para cuidar de sua saúde e bem-estar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita. Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 152 p. (Coleção Temas em Saúde).

ARAÚJO, Inesita Soares de; CORDEIRO, Raquel Aguiar. A pandemíia e o pandemônio: Covid-19, desigualdade e direito à comunicação. **Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 145, p.207-226, dic.2020/mar.2021. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/18386/1/REXTN-Ch145-12-Soares.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ESTADÃO CONTEÚDO. **IBGE**: Brasil tem 11.403 favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas. **Uol**, 17 mar. 2023. Disponível em: [https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/17/ibge-brasil-tem-11403-favelas-onde-vivem-cerca-de-16-milhoes-de-pessoas.htm#:~:text=Economia-IBGE%3A%20Brasil%20tem%2011.403%20favelas%2C%20onde%20vivem%20cerca,de%2016%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas&text=O%20Brasil%20tem%2011.403%20favelas,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)](https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/17/ibge-brasil-tem-11403-favelas-onde-vivem-cerca-de-16-milhoes-de-pessoas.htm#:~:text=Economia-IBGE%3A%20Brasil%20tem%2011.403%20favelas%2C%20onde%20vivem%20cerca,de%2016%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas&text=O%20Brasil%20tem%2011.403%20favelas,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).). Acesso em: 17 jul.2024.

FISCHER, Desmond. **O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade..** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Beatriz. A periferia sofre com a falta de Internet e isso precisa mudar. **Estadão Expresso**, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://www.nic.br/noticia/na-midia/a-periferia-sofre-com-a-falta-de-internet-e-isso-precisa-mudar/#:~:text=Uma%20pesquisa%20do%20Instituto%20Locomotiva,de%20modo%20geral%2C%20%C3%A9%20ruim>. Acesso em: 17 jul. 2024.

KANE, Sharon; KIRBY, Mark. **Wealth, poverty and welfare**. London: Palgrave, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NEMER, David. **Tecnologia do Oprimido: Desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Milfontes, 2022.

NITAHARA, Akemi. **Covid-19: campanhas levam informação para moradores das favelas**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/covid-19-campanhas-levam-informacao-para-moradores-das-favelas#:~:text=Ele%20traz%20not%C3%ADcias%20e%20verifica%C3%A7%C3%A3o,de%20informa%C3%A7%C3%B5es%20falsas%20nas%20favelas>. Acesso em: 14 jul. 2024.

OLIVEIRA, Nayara Priscila Dantas de *et al.* A multilevel assessment of the social determinants associated with the late stage diagnosis of breast cancer. **Scientific Reports**, v. 11, art. n. 2712, 2021b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KmuQf8PmWNE4ssIpyTDI8nKf7tUiGhKA/view>. Acesso em: 17 jul.2024.

OLIVEIRA, Nayara Priscila Dantas de *et al.* Spatial distribution of advanced stage diagnosis and mortality of breast cancer: Socioeconomic and health service offer inequalities in Brazil. **PLoS**

ONE, v. 16, n. 2, p. e0246333, 2021a. Disponível em:
<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0246333>. Acesso em: 28 jun. 2024.

OPAS. Carga global de câncer aumenta em meio à crescente necessidade de serviços. 1 fev. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/1-2-2024-carga-global-cancer-aumenta-em-meio-crescente-necessidade-servicos>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PERCEPÇÕES e prioridades do câncer nas favelas brasileiras. Oncoguia, 05 fev. 2024. Disponível em: <https://www.oncoguia.org.br/conteudo/percepcoes-e-prioridades-do-cancer-nas-favelas-brasileiras-medicinas/16955/42/#:~:text=A%20pesquisa%20%E2%80%9CPercep%C3%A7%C3%B5es%20e%20prioridades,de%20rotina%20com%20maior%20frequ%C3%Aancia>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SANTOS, Maria Tereza. Desigualdade e pobreza são associadas a mais mortes por câncer no Brasil. **Veja Saúde**, 26 set. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/desigualdade-e-pobreza-sao-associadas-a-mais-mortes-por-cancer-no-brasil>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SÃO PAULO. Lei nº 17.955, de 01 de julho de 2024. Institui a "Semana de conscientização e prevenção ao câncer", a ser realizada, anualmente, na segunda semana de abril, nas comunidades. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2024. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2024/lei-17955-01.07.2024.html>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SAÚDE AMANHÃ. Direito à Comunicação é essencial para a Saúde. 17 abr. 2017. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/direito-a-comunicacao-e-essencial-para-a-saude/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SILVA, Janaína Bezerra da. O corpo periférico: reflexões sobre espaço, pertencimento e visibilidade social. Orientadora: Fabiana Amaral. 2020. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, São Paulo, 2020.

SONTAG, Susan. A Doença como metáfora. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. (Coleção Tendências, n. 6).

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. Direito à comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. 108 p.